

FMI dá "sinal verde" e uma parte do jumbo deve sair em setembro

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo espera receber ainda em setembro US\$ 1,27 bilhão do empréstimo-jumbo, correspondente a duas parcelas de US\$ 635 milhões vencidas. O chamado "sinal verde" do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os banqueiros internacionais foi acenado durante o encontro do ministro do Planejamento, Delfim Netto, com o gerente geral do Fundo, Jacques de Larosière, em Paris, na última semana.

"Já foram encerradas as negociações técnicas com o FMI e feitos os entendimentos sobre essas negociações (para o desembolso antecipado do jumbo, antes da aprovação final do rela-

tório pelo "board" do FMI)", segundo declarações do ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, transmitidas pelo seu porta-voz, Pedro Luiz Rodrigues.

O ministro confirmou que estão suspensos o pagamento dos juros e do principal aos credores do Clube de Paris — o que representa aproximadamente US\$ 2 bilhões neste e no ano que vem — até que sejam concluídas as negociações para a reciclagem da dívida de governo a governo. Os juros para os bancos privados, entretanto, estão sendo pagos. Neste próximo mês, o ministro da Fazenda segue para Paris, onde fará uma explanação oral aos membros do Clube de Paris sobre a situação geral da economia brasilei-



Ernane Galvéas

ra. Não há, por enquanto, uma data precisa para essa reunião.

A renegociação da dívida brasileira junto ao Clube de Paris é importante para reduzir o saldo do déficit em conta corrente previsto pa-

ra o ano que vem. Não se espera um decréscimo substancial na conta de transações correntes — estimada em cerca de US\$ 6 bilhões em 84 — mesmo porque o débito a ser renegociado não chega a ser grande. Mas como a situação do balanço de pagamentos é extremamente delicada — já que para um déficit de quase US\$ 6 bilhões os credores internacionais estariam dispostos a financiar US\$ 4,8 bilhões —, tudo o que o governo conseguir reduzir é importante. O ministro da Fazenda não chegou a concordar com esses números, alegando que as autoridades econômicas não alcançaram, ainda, cifras definitivas para o balanço de pagamentos do próximo ano.